



CORPOS EM TRÂNSITO NO ESPAÇO PÚBLICO – TERRITÓRIOS DE (NÃO) OCUPAÇÃO

Vanessa Marcos
TREE e ATES/UCP

Resumo

O espaço público urbano percebido como um “território” de possibilidades (Sarr, 2022), convida-nos a compreender as suas dinâmicas, tensões, contradições, num exercício de tomada de consciência crítica de narrativas silenciadas e de corpos ausentes e marginalizados, reforçados por políticas urbanas produtoras de segregação socio-espacial. São corpos que carregam histórias e “cargas”, que vivem em trânsito, marcados por sistemas de dominação e de opressão, imprescindíveis à estruturação e preservação da sociedade patriarcal, racista e capitalista (Vergès, 2023). Importa, por isso, questionar quem *habita* o espaço público e “[p]olitizar os corpos como territórios a serem defendidos” (Nobre & Moreno, 2020, p.48). O espaço público constitui, deste modo e inequivocamente, um território de disputa, relativamente a quem o ocupa, como é ocupado e em que horários. O Laboratório Local do Porto procurou mapear ausências e invisibilidades no espaço público, e explorar a sua ocupação, numa prática contínua de resistência – poética, afetiva e política – e de imaginar, em coletivo, possibilidades de mudança. A observação de oficinas, intervenções artísticas e de processos de (des)construção colaborativa, e o registo cuidado das mesmas, foram mobilizados na recolha de vivências para compreender as suas implicações na (não) ocupação do espaço público.

Palavras-chave: Espaço público; Cartografias; Corporalidades; Ocupação; Porto.

BODIES IN TRANSIT IN PUBLIC SPACE – TERRITORIES OF (NON) OCCUPATION

Vanessa Marcos
TREE e ATES/UCP

Abstract

Urban public space, perceived as a “territory” of possibilities (Sarr, 2022), calls us to understand its dynamics, tensions, and contradictions, in an exercise of critical awareness of silenced narratives and absent and marginalized bodies, reinforced by urban policies that produce socio-spatial segregation. These are bodies that carry stories and “burdens”, that live in transit, marked by systems of domination and oppression, essential to the structuring and preservation of patriarchal, racist, and capitalist society (Vergès, 2023). It is therefore important to question who inhabits public space and to “[p]oliticize bodies as territories to be defended” (Nobre & Moreno, 2020, p.48). Public space thus constitutes, unequivocally, a territory of dispute, in relation to who occupies it, how it is occupied, and at what times. The Porto Local Laboratory sought to map absences and invisibilities in public space and to explore its occupation, through an ongoing practice of resistance – poetic, affective, and political – and to collectively imagine possibilities for change. Observation of workshops, artistic interventions, and collaborative (de)construction processes, and their careful recording, were used to gather experiences to understand their implications for the (non)occupation of public space.

Keywords: Public space; Cartographies; Corporalities; Occupation; Porto.

Quem *habita* os espaços públicos?

As cidades são espaços de fluxos, de circulação, de imaginários e de possibilidades. São organismos vivos que reagem a estímulos contínuos e que apresentam um metabolismo acelerado, intenso, complexo e em constante mudança. As cidades são, também, habitadas por corpos em movimento que carregam histórias, memórias e “cargas” (visíveis e invisíveis) pelas ruas, avenidas, jardins, praças e meios de transporte, bem como por representações simbólicas e materiais – arquitetónicas, escultóricas, de toponímia – de visões do mundo, permeáveis a influências histórico-culturais e a dinâmicas socioeconómicas e políticas.

O espaço público da cidade do Porto revela uma toponímia patriarcal, considerando o nome, a largura e o comprimento das ruas e a sua localização física e “social” (mais ou menos escondida, mais ou menos periférica), assente em posicionamentos político-ideológicos que produzem hierarquias, excluindo e invisibilizando corpos nas suas múltiplas identidades. As representações simbólicas e materiais no espaço público são apresentadas frequentemente como símbolos de expressão cultural, como tributo e glorificação de pessoas e acontecimentos históricos. Contudo, também negam existências (e narrativas de resistência) e invisibilizam corpos, considerados dissidentes, e as suas interseções, num legado de perpetuação de categorias de opressão e de reprodução de lógicas, políticas e práticas de dominação.

A este respeito, os elementos visuais e a iconografia que muitas vezes vestem/despem edifícios e estátuas (representações e projeções de figuras reais, mitológicas ou alegóricas), baseadas na normatividade e erotização de corpos de mulheres¹¹, bem como as mensagens rabiscadas de forma crua em muros e fachadas, ou em cartazes mais ou menos elaborados, revelam representações de imaginários, valores e crenças sexistas, contam

histórias de ausências e de silenciamentos, objetivam corpos, reforçam estereótipos, com múltiplos significados. A desapropriação do poder das mulheres nos espaços públicos resulta de sistemas de dominação, fortalecidos, entre outros fatores, por políticas urbanas produtoras de segregação socio-espacial.

Inspirando-nos na problematização de Felwine Sarr (2022) em torno da cidade como um “território” de possibilidades e em que as “dinâmicas inerentes à cidade estão intimamente ligadas à visão de mundo de quem não só nela viva, mas nela *habita*” (Sarr, 2022, p.130), importa reconhecer as diferentes pessoas que somos – as diversas identidades que vivem em nós e que *habitam* a cidade, rejeitando configurações rígidas e estáticas. Este exercício interpela-nos a compreender as atividades, processos, movimentos, tensões, contradições e (re)configurações da cidade, desde uma tomada de consciência crítica sobre como e de onde partimos para observar e representar os “territórios” que *habitamos* e que nos *habitam*.

A (re)configuração do espaço público urbano convoca-nos, assim, a mapear e a compreender territórios de (não) ocupação, sustentados em sistemas de dominação e de opressão. Que corpos ocupam o espaço público urbano? Que corpos estão ausentes? O espaço público constitui, deste modo e inequivocamente, um território de disputa, relativamente a quem o ocupa, como e em que horários. Esta disputa relaciona-se com a manutenção do *status quo*, que nega e desumaniza o Outro e “mercantiliza a diferença” (hooks, 2019, p.79) transformando-a em mercadoria. Com efeito, a exploração da natureza e do trabalho invisível, precário e desvalorizado de uma humanidade oprimida são imprescindíveis à estruturação e preservação da sociedade patriarcal, racista e capitalista (Vergès, 2023). As lógicas de exploração e desapropriação de territórios e de corpos que os *habitam* convocam-nos, por isso, a “recuperar as memórias que marcam os corpos, individual e coletivamente, ouvir suas histórias, reaprender a ouvir o corpo” (Nobre & Moreno, 2020, p.48).

Neste contexto, lembramos as vivências e as lutas das feministas comunitárias desde a abordagem

11 Para um aprofundamento, consultar o artigo de Teresa Lima (2024). “Corpos erotizados nas esculturas do Porto – Um olhar feminino”, disponível em: <https://www.passeio.pt/galeria/corpos-erotizados-nas-esculturas-do-porto-um-olhar-feminino/>.

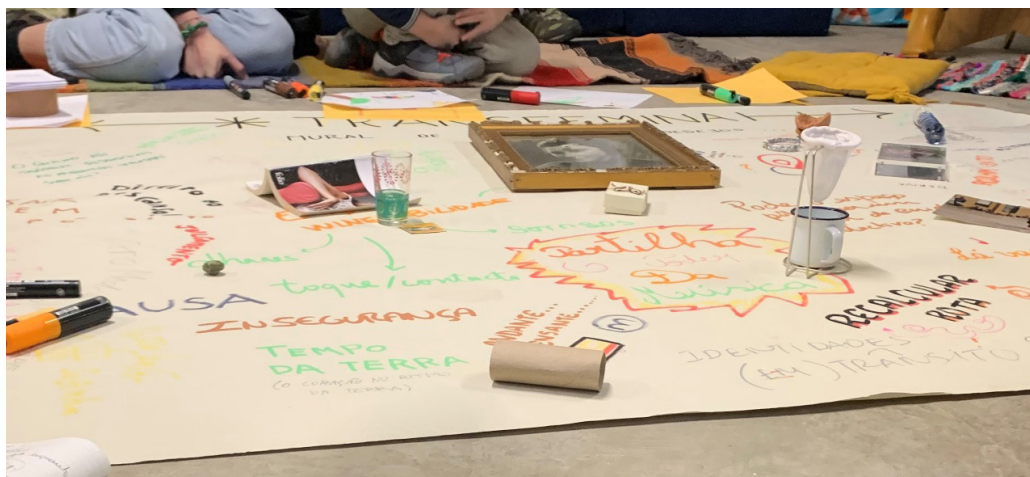


Figura 1. Identidades que habitaram o LLP: territórios de existência e resistência. Fonte: Cartografia elaborada na 7ª sessão do LLP (7 de dezembro de 2024).

*territorio cuerpo-tierra*¹² (“território corpo-terra” ou “corpo-território”) como ato político e epistemologia contra-hegemónica para reivindicar, defender e resgatar, quotidianamente, o corpo como um território – de existência e de resistência à exploração capitalista e patriarcal, com poder de reapropriação, porque:

Assumir a corporeidade individual como um território próprio e irrepetível permite-nos fortalecer o sentido de afirmação da nossa existência e presença no mundo. Assim, emerge a autoconsciência, que reflete gradualmente a forma como este corpo viveu a sua história pessoal, particular e temporal, bem como as diferentes manifestações e expressões dos patriarcados e todas as opressões deles derivadas (Cabnal, 2010, p.22, tradução livre).

Resistir a representações e políticas de dominação no espaço público, envolve acolher, problematizar e compreender posicionamentos e vivências, desde territórios de confronto de “lentes” e das suas “localizações sociais”, em torno dos lugares ocupados e não ocupados, das suas dinâmicas e implicações. As invisibilidades no espaço público implicam-nos, direta e ativamente, em reconhecer o entrelaçamento de lutas e de sistemas de opressão – e não o somatório dos mesmos – num exercício que rejeita universalismos. É neste enquadramento que o projeto “TransFemina: Intersectional Landscapes”¹³ assume pertinência. Entre setembro

de 2024 e junho de 2025, sob a premissa “Quanto espaço, físico e simbólico, ocupam as mulheres nas cidades?”, o TransFemina procurou criar espaços de reflexão, discussão e ação coletiva sobre a invisibilidade das narrativas feministas no património cultural e as desigualdades nos espaços públicos de três cidades sul-europeias: Porto, Barcelona e Modena. Este artigo foi elaborado no âmbito do trabalho desenvolvido pelo Laboratório Local do Porto (LLP).

Laboratório Local do Porto – Cartografias poéticas, afetivas e políticas para uma reapropriação do espaço público

Focando o nosso “olhar” sobre a cidade do Porto e com a proposta de observar, escutar e sentir o espaço público urbano, o LLP revelou caminhos de desconstrução, de criação e de aprendizagem contínuas, reforçados pelo seu formato aberto, em termos de estrutura de facilitação e de composição. Com efeito, o encontro quinzenal do LLP abraçou a rotatividade dos elementos que foram *habitando* o lugar de grupo, tendo envolvido ativamente 12 pessoas: mulheres entre os 28 e os 79 anos de idade, de diferentes nacionalidades e com origens étnico-raciais diversas, residentes ou com atividade profissional no Porto. Considerando outras dimensões identitárias e reconhecendo as suas subjetividades individuais, as participantes do LLP foram convidadas a mapear ausências e invisibilidades nos seus percursos quotidianos pelo espaço público (Figura 1).

Que construções sociais definem a minha forma de estar, fazer e de ser? Que obediências questiono e que desobediências instigo? O posicionamento é fundamental para cultivarmos um conhecimento plural, situado desde “lugares” de escuta, de cuidado e de diálogos críticos com diferentes visões de mundo e geografias de saberes, por

12 O ‘*cuerpo-territorio*’ surge inicialmente de um slogan político «*¡Recuperación y defensa de nuestro territorio cuerpo-tierra!*» que relaciona intrinsecamente a violação histórica dos corpos das mulheres indígenas com as suas lutas contínuas pela defesa dos seus territórios contra a expropriação e a exploração extrativista e que se vai enformando numa proposta feminista comunitária de mulheres Xinka (Cabnal, 2010).

13 O projeto sustentou-se numa colaboração entre três coletivos feministas: PELE – Associação Social e Cultural (Portugal), Collettivo Amigdala (Itália) e Col-lectiu Punt 6 (Espanha) e foi financiado pelo programa Europa Criativa. Para informação adicional, consultar: <https://www.transfemina.org/pt/>.

oposição a um conhecimento homogéneo, dominante e extrativista, e à forma institucionalizada de o produzir.

Ao longo de nove meses, as habitantes do LLP mergulharam na experimentação de processos criativos, por vezes improvisados, de recolha de códigos e de vivências na sua relação e possível interação com o espaço público – elementos presentes e ausentes, representações dominantes e de disrupção, dinâmicas e funcionalidades, lugares de encontro, de descanso, de insegurança e de resistência. Os exercícios de movimento e de respiração, o som, a poesia e a performance foram mobilizados na recolha e ativação de memórias, de “sentires” e de sociabilidades envolvidas na não ocupação quotidiana da cidade, acolhendo desconfortos emocionais e sensoriais e reações corporais. Esta ativação sustentou-se, também, num conjunto de perguntas “gatilho”, quer para alimentar um registo aberto sobre o que observavam, ouviam e sentiam nos seus caminhos diários, quer para explorar o ato de caminhar – de dia e à noite – enquanto movimento individual e acompanhado, assumindo ritmos diferentes, numa escuta atenta das “cargas” que carregam e dos lugares, no corpo, onde as carregam:

- *O que vejo nos meus caminhos diários pela cidade? Que sons habitam esses caminhos?*
- *Que lugares são de passagem e de paragem?*
- *Que trajetos são de diversão? Que trajetos são dolorosos e solitários?*
- *Que lugares associo a refúgio? Que lugares associo a insegurança?*
- *Como caracterizo o meu caminhar?*
- *Que corpos observo na cidade? Em que horários?*
- *Quem está ausente do espaço público?*
- *Quem cuida dos espaços públicos?*
- *Onde estão os espaços de descanso das mulheres?*
- *Que elementos são dominantes na cidade?*
- *Que possibilidades de mudança imagino? Como posso ser e fazer parte dessa mudança?*

O desafio de “olhar” e “sentir” a cidade nos caminhar diários constituiu, deste modo, um

pretexto, intencionalmente assumido, de ação política, sustentada na exploração de movimentos com o corpo – soltar o corpo, cuidar (d)a respiração, brincar com a velocidade e com a amplitude de movimentos, comunicar com sonoridades viscerais. A experimentação, a partir de estímulos sensoriais, assumiu-se como um processo de inquietação, de expectativas, de libertação, de entusiasmo e de (auto)cuidado, pelo despertar de sensibilidades e vontades, pela partilha de violências e das suas marcas (físicas e emocionais), pela revisitação de memórias e (re)criação de relação com o corpo, bem como pelo confronto e pelo potencial de rutura com movimentos e comportamentos internalizados na vivência do espaço público.

O LLP constituiu, assim, um lugar-tempo de presença, de canalização de emoções e de reconhecimento de sistemas opressivos e, nessa esteira, de interpelação a decidirmos como queremos participar no espaço público urbano, enquanto posicionamento político. Tratou-se, portanto, de um convite à problematização do sentido político de participação, desde o “lugar” ocupado – e não ocupado – e consistiu, por isso, num exercício individual e coletivo de mapeamento, quer de invisibilidades com implicações diretas no dia-a-dia, quer de vontades de transgressão, sob a reivindicação do “direito à cidade” e como um manifesto à transformação de imaginários, territórios e narrativas de exploração e dominação.

Neste sentido, a observação participante em alguns momentos e não participante noutros e transposta num diário de campo, desenhou-se a par do movimento seguido pelo corpo coletivo, cujas histórias e vivências partilhadas convidaram a escutar e a sentir as mensagens inscritas em territórios emocionais e simbólicos, numa compreensão da sua relação com o espaço público e numa poética de resistência e de cuidado:

*a batida
de aprender a soltar
o corpo,
movimentar tecidos
experimentar velocidades
cuidar o toque e
as vulnerabilidades.*



Figura 2. Mapas individuais. Fonte: Mosaico de Mapas individuais elaborados entre outubro e dezembro de 2024.

*afiar as garras e
rasgar as amarras do corpo social
soltar o meu animal,
numa batida de libertação pessoal.
ontem e hoje
corpos como mapas
cartografias vivas e sentidas, de violências
caminhos e trajetos, de resistências
identidades que gritam e
agitam
os espaços que habitamos e
nos habitam¹⁴*

Considerando que “[o] mapa não é uma cópia fiel da realidade, mas apenas *uma representação* dela, uma simplificação com diversos fins” (Moreano & Arrazola, 2023, p.255), possibilita identificar e reconhecer “lugares” ocupados – e não ocupados – e as dinâmicas opressivas subjacentes, sustentados em modelos de comportamento institucionalizados e definidos por lógicas e estruturas de exploração de territórios e de corpos em territórios. Importa, por isso, “[p]olitizar os corpos como territórios a serem defendidos” (Nobre & Moreno, 2020, p.48). Embora os mapas não revelem as nuances, as subjetividades, os fluxos, as texturas nem os cheiros das violências e das opressões, constituem “ferramentas muito potentes de comunicação e de construção contra-hegemónica” (Moreano & Arrazola, 2023, p.250).

Sob estas premissas, as habitantes do LLP construíram o seu mapa individual (Figura 2), num movimento consciente de exploração das suas vivências no espaço público, desde territórios de confronto das “lentes” e das respetivas “localizações sociais” que as *habitam*. Este exercício consistiu numa prática de questionamento dos modos

de participar, com potencial para ressignificar códigos e para imaginar e construir uma transformação estrutural da cidade. Nesta linha de ação, que linguagens e materiais queremos mobilizar para enfrentar comportamentos mimetizados no espaço público?

O registo dos mapas individuais, sustentados nos caminhares diários das participantes, apresentou rotinas e deslocações cansativas, jornadas de trabalho compridas e intensas (com a consequente “sensação de estar a viver pouco”), assobios e piropos machistas, olhares e comportamentos incomodativos (e.g. cuspir para o chão), atitudes de *manspreading*¹⁵, ruas sem afetos, bem como a ausência de autonomia corporal nos trajetos noturnos (traduzida em caminhares apressados, tensos e de alerta, frequentemente em silêncio, sem música ou com o volume baixo nos auscultadores, numa tentativa de camuflagem no espaço). As suas “lentes” vividas revelaram, também, uma presença esmagadora de homens no espaço público, ocupando-o a jogar futebol ou cartas, a ler o jornal, sentados nos bancos dos jardins ou parados nos passeios, o que contrasta com o espaço público de passagem *habitado* pelas mulheres. A presença de mulheres nas paragens de autocarro, às primeiras horas do dia, a realizar trabalhos de limpeza, a levar as crianças à escola e a carregar sacos pelas ruas evidenciam, na voz de uma participante, que “*as mulheres passam na rua enquanto os homens habitam a rua*” – São, assim, corpos em trânsito, apressados e cansados que atravessam e cruzam o espaço público urbano.

O mapeamento dos “caminhos diários”, desde territórios de (in)visibilidades, de vulnerabilidade, de (auto)cuidado, de disrupção e de imaginação,

¹⁴ Poema elaborado pela autora, a partir da observação participante e não participante das sessões do LLP.

¹⁵ Prática de homens se sentarem em lugares públicos com as pernas excessivamente abertas, sobretudo em transportes públicos, ocupando mais espaço do que o necessário.



Figura 4. Exploração inicial dos *Bichos-Criaturas*
Fonte: Sessão realizada no dia 5 de dezembro de 2024.



Figura 5. As “cargas” das habitantes do LLP
Fotografia: Carolina Ribeiro. Percurso sonoro “A Cidade Invisível – Cartografia(s) dos Caminhos Diários” (29 de junho de 2025).

imagens performativas, em coletivo, de resignificação de iconografias e de mensagens sexistas; iii) a renomeação de ruas; iv) o reconhecimento das “cargas” individuais, e v) práticas de descanso individual e coletivo, bem como de escuta ativa na caminhada, com potencial para inscrever uma cartografia afetiva no espaço público.

O processo de ocupação do espaço público englobou, deste modo, uma vivência consciente dos caminhares diários e diálogos em torno das

identidades e das “máscaras” que vestimos e que nos *habitam*. O grupo foi, assim, desafiado a explorar as suas “máscaras”, representadas em *bichos-criaturas* (Figura 4), a partir de um conjunto de perguntas “gatilho”:

- *Quem é o teu bicho-criatura?*
- *Que emoções esconde?*
- *Como é o seu corpo? Como se move? Como comunica?*
- *Como se relaciona com os outros bichos?*

Das partilhas efetuadas, emergiram referências à dificuldade em observarem-se como *bicho*, a não saberem quem é o seu *bicho*, sentindo-o como uma criatura em metamorfose, mas com uma vontade de simplicidade para lidar com a complexidade do mundo. Algumas participantes referiram, também, que a proposta constituiu um contexto de exploração reconfortante, de proteção e de segurança, uma representação que, simultaneamente, esconde e revela, possibilitando uma “descarga” emocional.

Partindo da premissa de que somos *bichos*, a exploração do *bicho-criatura* constituiu um exercício de desobediência poética e política, sustentado num convite: i) ao reconhecimento individual dos diversos bichos que somos e que nos *habitam*, assumindo a sua impermanência e rejeitando identidades fixas, e ii) à reivindicação de outras possíveis configurações e interações com o espaço público, deslocando o *corpo-bicho* de categorias socialmente construídas e dominantes, bem como da lógica produtivista de viver a cidade, para imaginarmos territórios de encontro e de (re)criação de comunidade, *habitando* o múltiplo, o imprevisível, o espontâneo e o relacional. Do processo criativo de ativação de corpos, das suas memórias, sentires e imaginários, num movimento de experimentação de possibilidades (d)e desobediências, resultou a exposição fotográfica da autoria de Paulo Pimenta, inaugurada no dia 29 de junho de 2025, na Estação de Campanhã e Terminal Intermodal.

A exploração inicial dos *bichos-criaturas* possibilitou o reconhecimento das “cargas” (Figura 5) que as habitantes do LLP carregam, referentes a



Figura 6. Os *Bichos-Criaturas*

Fotografia: Carolina Ribeiro. Percurso sonoro “A Cidade Invisível – Cartografia(s) dos Caminhos Diários” (29 de junho de 2025).

assédios, machismo, racismo, xenofobia, homofobia, gordofobia, violência doméstica, falta de habitação, precarização laboral, bem como construções e pressões sociais relacionadas com a maternidade, sexualidade, estética, idade e medos associados ao envelhecimento da mulher, angústias relativamente ao sustento, à doença, à solidão, ao futuro, entre outras.

O mergulho no lugar-tempo de experimentação, em diálogo cru, aberto e afetivo com os nossos *bichos-criaturas* (Figura 6) e na vivência dos caminhares diários pelo espaço público, constituiu, assim, uma provocação a (re)pensarmos as “máscaras” que vestimos e que estão presentes na forma como nos observamos e representamos, como observamos e representamos o Outro, e como *habitamos* o espaço público urbano. A partir do trabalho com o corpo, também na experimentação de sons viscerais e vocais no exercício de *performar os bichos-criaturas* – o mapa individual – emergiram sensações quer de desconforto, cansaço, angústia e ansiedade, quer de intimidade, bem-estar e de conexão entre histórias, acreditando que as “[h]istórias também nos ajudam a cicatrizar” (hooks, 2021, p.93).

É na esteira destas palavras que o LLP possibilitou a nutrição espontânea de laços de cuidado, politizando “corpos-territórios” e procurando construir,

em coletivo, um corpo plural de *bichos-criaturas*, que rompe com a normatividade de corpos e com padrões de representação no espaço público. Neste exercício performativo, resultante do processo criativo ativado no LLP, a ocupação do espaço público pode, assim, ser um ato político de resistência identitária, numa i) reivindicação ao “direito à cidade”, em termos de acessibilidades; ii) problematização de identidades socialmente construídas, apoiada no reconhecimento e visibilização de corpos ausentes, no resgate de narrativas silenciadas e em práticas de ressignificação, e iii) reapropriação e celebração coletiva do espaço público, a partir de “identidades rizomas” que vivem e se constroem no encontro com outras identidades, em vez de “identidades-raiz” que se impõem, silenciam, devastam e excluem (Glissant, 2005, p.37).

Do processo criativo ativado pelo LLP Porto resultou a performance-percurso sonoro “A Cidade Invisível – Cartografia(s) dos Caminhos Diários”, que reúne “cargas”, histórias e vivências do grupo, numa convocatória a reposicionarmos e a recriarmos os lugares *do* e *no* coletivo, reivindicando um espaço político de cuidado, defendendo o corpo como um território (Cabnal, 2010), com direito a ser nas suas múltiplas identidades, que se transformam na interação com o tempo e com as mundivivências que vamos *habitando*.

Notas finais

Desde os lugares de partida do LLP e dos corpos que o *habitaram* ao longo de nove meses, a experimentação – facilitada e vivida – assumiu-se como um processo inesperado de resistência em coletivo. Por um lado, o formato de participação aberta dos laboratórios, associado a indisponibilidades a cada semana, conduziu à gestão de imprevistos, de expectativas, de desconfortos e de frustrações, bem como à criação de contextos espontâneos de encorajamento, de motivação e de diversão em conjunto, potenciando um processo de aprendizagem interpessoal. Por outro, o encontro com cada mulher, na sua singularidade, envolveu um caminho de (auto)descoberta na interação, de negociação para uma tomada de

decisão coletiva e de criação de laços de afeto, assumidos como atos políticos, com potencial de continuidade e de construção de um sentido de pertença.

Este diálogo convocou-nos a problematizar o sentido político da participação, situada em “lugares” de ocupação e de não ocupação e, no processo, a revisitar e a repensar territórios pessoais, sociais e simbólicos em torno da invisibilidade de narrativas feministas no património cultural (material e imaterial) e das desigualdades no espaço público da cidade do Porto. Nesta convocatória, emergiram cartografias poéticas, afetivas e políticas como ferramentas de comunicação (Moreano & Arrazola, 2023), como processos de autodescoberta e de descoberta em coletivo, como um manifesto de práticas de cuidado no espaço público, numa reivindicação à redefinição de poder(es).

No global, o LLP assumiu uma componente reflexiva e, simultaneamente, revelou-se um ensaio de experimentações de outros imaginários e “[n]esse caminho, está o desafio de [...] reconstruir relações e comunidades em que caibam todos os corpos, respeitados na sua diversidade, singularidade e interdependência, cuidados em sua vulnerabilidade, que é a condição humana” (Nobre & Moreno, 2020, p.46). O LLP contribuiu, assim, para o surgimento de dinâmicas previstas, nomeadamente a criação de tempos de exploração sensorial (com recurso também a processos de escrita criativa e a estímulos sonoros) e de ocupação (física e afetiva) de espaços públicos, instigando novas formas de participação, com potencial de expressão política e de resignificação de vivências quotidianas. Neste processo, procurou-se reivindicar o espaço público como um território de cuidado coletivo.

A problematização de posicionamentos, a experimentação de linguagens artísticas e a (des)construção criativa e colaborativa de práticas afetivas e políticas permitiram repensar a ocupação – e a não ocupação – dos espaços públicos urbanos, desde os seus *bichos-criaturas* e das “cargas” que as habitantes do LLP carregam nos seus caminhos quotidianos. Nestes territórios de consciência e de resistência, como garantimos a participação na tomada de decisão de quem não ocupa esses espaços? Sendo o LLP um “território” em

metamorfose, apresenta potencial para fortalecer as conexões criadas, para ser ativado na interação com mais corpos – na diversidade de ser *bicho-criatura*, e para continuar a desenhar, com pausas e em transgressão, formas plurais e inclusivas de *habitar* a cidade.

Referências

- Cabnal, L. (2010). Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In ACSUR-Las Segovias (Org.), *Feminismos diversos: el feminismo comunitario* (pp. 10–25). ACSUR-Las Segovias.
- Glissant, E. (2005). *Introdução a uma poética da diversidade*. UFJF.
- Hooks, b. (2019). *Olhares negros: raça e representação*. Elefante.
- Hooks, b. (2021). *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. Elefante.
- Moreano, M., & Arrazola, I. (2023). O mapa como guia: O mapeamento das violências feminicidas e o devir feminista. In D. Hernández & M. Jiménez (Eds.), *Corpos, territórios e feminismos* (pp. 249–261). Elefante.
- Nobre, M., & Moreno, R. (2020). Natureza, trabalho e corpo: Percursos feministas e pistas para a ação. In A. Isla, M. Nobre, R. Moreno, S. S. Iyusuka & Y. Herrero (Orgs.), *Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios* (pp. 33–51). SOF Sempre Viva Organização Feminista.
- Sarr, F. (2022). *Afrotopia*. Antígona.
- Vergès, F. (2023). *Um feminismo decolonial*. Orfeu Negro.

Vanessa Marcos: Facilita processos de aprendizagem (Participação comunitária e política, Género, Ecofeminismo, Deficiência, construindo colaborativamente recursos educativos (TREE). Envolvimento em projetos de Cooperação Internacional (CID), Direitos Humanos (DH) e Educação para a Cidadania Global. Docente em Pós-Graduações em CID e DH (ATES/UCP). Doutorada em Sociologia, com mestrado em Desenvolvimento e Relações Internacionais.
vmarcos@treecollectivechange.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7998-8741>.

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que 30 de maio de 2025.

Aprovado para publicação a 5 de dezembro de 2025.